

## **GOVERNO ASFIXIA E AMEAÇA O FUNCIONAMENTO DOS INSTITUTOS E DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS COM CONTINGENCIAMENTO DO ORÇAMENTO**

Desde o Golpe de Estado institucional-parlamentar-midiático de 2016, assiste-se à implementação de políticas ultraneoliberais que se traduzem em sucessivos “pacotes” de arrocho fiscal, causando a compressão contínua dos recursos destinados às áreas sociais do Estado, tais como saúde, educação, moradia e cultura. O argumento dos governos desde então é a necessidade de “equilíbrio” das contas públicas, o que é, de fato, a realização de “superávit primário”, termo técnico utilizado para escamotear o desvio da maior parte do orçamento público federal das áreas sociais, de maneira que os contingenciamentos e cortes ficam a serviço da rolagem (manutenção) do pagamento da dívida pública. Tem-se, portanto, uma lógica em que os recursos que deveriam atender as maiorias sociais, constituídas pelas classes trabalhadoras e pelas camadas populares, são destinados a um pequeno número de especuladores e banqueiros detentores de títulos da dívida pública.

A primeira medida pós-golpe de 2016 que viria a determinar a aplicação do tipo de política econômica acima explicitado foi a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que pode e deve ser considerada a materialização do próprio golpe da classe burguesa na sua versão agro-financeira-especulativa contra a classe trabalhadora. Tal emenda significou congelamento dos gastos sociais do país por 20 anos, com correções apenas pela taxa de inflação do ano fiscal anterior. Isso trouxe implicações imediatas na forma do subfinanciamento da saúde e da educação e, a longo prazo, acarreta o desmantelamento da assistência social do Estado, hiperpressionada pelas crescentes demandas.

Com a ascensão da extrema direita ao poder em 2018, a educação foi transformada no alvo principal de ataques: sucessivos ministros reacionários incompetentes na Educação; contingenciamentos/cortes orçamentários; intervenções em Institutos e Universidades Federais; desestruturação do ensino médio; aprovação na Câmara dos Deputados do *homeschooling*; desvio de recursos da educação por prefeitos aliados. Para além dos ataques que os dirigentes do MEC desferiram à educação, também teve curso um processo de desestruturação da ciência e tecnologia, mediante desarticulação e corte de recursos de instituições como a CAPES e o CNPq.

A Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular se constitui no maior retrocesso no campo da educação pública no país em mais de meio século. Em resumo, significa o esvaziamento do currículo, concentrando a formação obrigatória às disciplinas de português e matemática, bem como o suposto “direito” de escolha do itinerário formativo nas áreas de humanas, biológicas ou educação profissional, numa fase ainda precoce da vida do estudante. Efetivamente, traz de volta ao Ensino Médio o princípio de terminalidade dos estudos para os filhos das classes trabalhadoras, além de permitir o avanço da mercantilização da educação básica pública, da queda da qualidade da educação e da precarização do trabalho dos seus servidores.



No âmbito específico da Rede Federal, outro ataque grave, com o qual atualmente confrontamos externa e internamente às nossas instituições, adveio com a Portaria nº 983, de 18 de novembro de 2020, que procura asfixiar o trabalho docente por meio da ampliação das já altas cargas médias de trabalho em sala de aula, totalmente incompatíveis com o desenvolvimento de instituição cuja identidade está fundamentada no tripé ensino-pesquisa-extensão. No que tange aos servidores técnico-administrativos, para além do brutal congelamento dos salários sob intensa inflação, que já acumula perda de praticamente 60% do seu poder de compra, tem curso a intensificação do trabalho e o não preenchimento dos cargos mediante concurso, com o propósito de propiciar condições para o avanço da terceirização. Por conseguinte, esse conjunto de iniciativas e processos visa transformar as instituições da Rede Federal em “grandes colégios” com remotas possibilidades de proporcionar uma educação emancipatória e capaz de dialogar com as demandas das comunidades em vista da transformação social.

Deve-se destacar que o sufocamento financeiro sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que tem redundado em congelamento da malha salarial dos servidores técnico-administrativos e docentes, ativos e aposentados, num contexto de aceleração das taxas de inflação, se traduz efetivamente na perda de qualidade de vida de todas e todos. Tal realidade tem redundado em **mobilizações, estados de greve e greves decretadas** das servidoras e dos servidores da Rede Federal.

Por fim, nas últimas semanas, assistimos ao desenrolar de duas graves medidas com impactos sociais extremamente deletérios para a população dependente dos serviços da Educação Pública Federal: a apresentação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda Constitucional nº 206/2019, que prevê a cobrança de mensalidades nas Universidades Federais, e o contingenciamento de 14,5% – posteriormente reduzido para 7,2% – do orçamento dos Institutos e Universidades Federais.

A **Diretoria Colegiada do Sintef-GO** e das **Seções Sindicais Jataí, Formosa, Luziânia e Urutaí**, representando trabalhadores em educação do **Instituto Federal de Goiás** e do **Instituto Federal Goiano**, vem a público manifestar o seu mais veemente repúdio às medidas do **Governo Bolsonaro** e do **Congresso Nacional** – que, em seu conjunto, visam desagregar a Educação Básica, os Institutos Federais e as Universidades Federais –, bem como conclama a participação das servidoras e dos servidores das nossas instituições nas manifestações e nas lutas em defesa da educação!

**Manifestação das servidoras/es no dia 9 de junho em Goiânia e interior de Goiás!**

**Manifestação das servidoras/es no dia 14 de junho em Brasília!**

**Por**

**Recomposição salarial emergencial de 19,99%!**

**Contra novos cortes orçamentários da Educação Federal!**

**Contra a cobrança de mensalidades nas Instituições de Educação Superior Federais!**

